



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 22 de maio de 2011

A CRITICA Sim & Não	1
OPINIÃO	
A CRITICA Notas & Notas	2
ECONOMIA	
A CRITICA Inflação em alta	3
ECONOMIA	
A CRITICA Duas rodas recupera fôlego	4
ECONOMIA	
A CRITICA Triciclo é nova opção	5
ECONOMIA	
A CRITICA Entrevista - Erivaldo Lopes	6
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	7
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Melo defende mudança no ICMS para a região	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Alfredo MR Lopes	9
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Manaus concentra 91% dos empregos	10
AMAZONAS	

Sim & Não

Fiam Nos corredores da Suframa há uma certeza: Flávia Grosso segue na chefia do órgão, no mínimo, até a realização da 4ª Feira Internacional da Amazônia, em novembro.

Notas & Notas

Levorim quer fortalecimento para ter competitividade

Euzivaldo Queiroz



Produção A Levorim investiu R\$ 120 milhões e pretende, nos próximos três anos, estar produzindo 18 milhões de pneus de bicicleta e 5 milhões de pneus de motocicletas para o PIM.

Emprego No primeiro ano de existência, a Levorim vai gerar 450 empregos diretos e, a partir de 2013, mil empregos diretos.

Durante a primeira visita do governador Omar Aziz (PMN) às dependências da fábrica de pneus Levorim, em Manaus, a gerente de Administração Financeira, Cíntia Levorim, não perdeu tempo e pleiteou que o Estado crie atrativos para o cluster da borracha para o Amazonas.

Segundo ela, o segmento gera 22 mil empregos no País e o

faturamento anual é de R\$ 7 bilhões. Cíntia também disse que a iniciativa serve como fortalecimento do segmento diante dos produtos chineses.

“Além de acabar com a necessidade de importação de alguns itens, teríamos a possibilidade de nos tornarmos, também, um polo exportador”, disse a empresária.

Inflação em alta

“Quem já conviveu com altas inflações - e até mesmo períodos de hiperinflação, como eu vivi - sabe o quanto é terrível e angustiante voltar a conviver com este mal”

Paulo Takeuchi

O mercado e a produção de motocicletas continuam em alta, confirmando a previsão do setor de crescer em torno de 10% este ano.

Esta previsão vem sendo atingida por meio dos esforços dos fabricantes, que estão constantemente negociando junto às empresas financeiras a manutenção do crédito aos consumidores, já que o financiamento continua sendo a principal modalidade de vendas. Além disso, como a motocicleta concorre com vários produtos de desejo dos consumidores - desde computadores, novos tablet's, telefones celulares e também com automóveis usados -, os fabricantes precisam investir fortemente em divulgação, aumento da capacidade de produção e lançamento de novos produtos, visando atrair novos

consumidores com modelos mais modernos, atraentes e a preços competitivos. Podemos afirmar que a indústria do setor de duas rodas está com capacidade de produção suficiente para atender a atual demanda. E fator importante: os preços dos produtos estão estáveis - em alguns casos até baixando - e com melhorias de qualidade e tecnologia, sempre em busca de atrair a públicos cada vez mais exigentes. Esta situação, colocada numa visão macro econômica, poderia ser interpretada da seguinte maneira: este setor não está contribuindo para o aumento da inflação no país.

Paulo Takeuchi
e-mail:
paulo_takeuchi@
honda.com.br



Caso não ocorra um aumento de preço substancial de materiais e outros insumos da indústria, os preços dos produtos deverão se manter, graças ao esforço de aumento de produtividade e também da concorrência existente no setor. Sem dúvida, um dos grandes benefícios que o país tem é quando há mercado com concorrência, e de preferência saudável. Ao contrário de setores e produtos que são monopolizados - ou que não têm concorrência suficiente -, a primeira ação quando há uma demanda maior é o aumento de preço, colaborando assim para o aumento da inflação. Somando-se a isto o gasto

desenfreado do poder público e as deficiências de gestão, a inflação se eleva a patamares perigosos. Quem já conviveu com altas inflações - e até mesmo períodos de hiperinflação, como eu vivi - sabe o quanto é terrível e angustiante voltar a conviver com este mal. Por isto, devemos cada um fazer a nossa parte para evitarmos a volta de uma inflação maior, não adquirindo/consumindo produtos ou contratando serviços que ultrapassem os valores justos do mercado. Vamos combater e evitar o retorno deste terrível inimigo que é a inflação.

Duas rodas recupera fôlego

Economia de combustível é um dos fatores que tem levado o manauara a optar pela moto na hora de enfrentar o trânsito

RENATA MAGNENTI
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Somente no 1º quadrimestre deste ano 7,4 mil novas motos foram emplacadas no Amazonas. Esse número é 18,2% maior que o registrado em 2010. Se a categoria de mototaxistas for regulamentada o número deve crescer ainda mais - sem falar nos que têm deixado o carro em casa e optado pelas duas rodas.

A agilidade e economia de combustível são fatores que atraem novos consumidores deste bem, e inclui ao grupo os consumidores que têm a moto como o "ganha pão".

Entre os grandes fabricantes do setor, as motos Yamaha mais procuradas, no quesito economia, são a Factor YBR 125 e Crypton T115, revendidas pela Braga Motos. A primeira, segundo o manual da marca, faz até 45 quilômetros (km) com um litro de gasolina, e chega a rodar 100 km após dar sinal de que o tanque está na reserva. A Crypton faz três km a mais que a Factor por litro e por ter um tanque com capacidade para quatro litros roda em média 50 km após acionada a reserva.

O valor médio da Factor é de R\$ 7,5 mil e a Crypton R\$ 6 mil. "Gastava mensalmente R\$ 540 por mês somente de gasolina fazendo o percurso de casa, na Nova Cidade (zona Norte), até meu trabalho no Centro da cidade", disse o consultor de vendas Evandro Souza. Evandro com-

Volume de emplacamentos de motos no Estado do Amazonas

Meses	2010	2011
Janeiro	1.366	1.939
Fevereiro	1.275	1.790
Março	1.903	1.826
Abril	1.511	1.845
Acumulado	6.055	7.400

Fonte: Fenabrave

prou uma Factor e agora gasta por mês cerca de R\$ 120 de combustível e perde menos tempo parado no trânsito.

Na Manaus Motocenter, revendedora das motos Honda, o carro chefe é o modelo Bros NXR que corresponde a 70% do faturamento mensal da empresa. Ela é a opção preferida de dezenas de mototaxistas e, por mês, a Manaus Motocenter vende 200 unidades. A Bros NXR faz aproximadamente 50 km por litro, tem injeção eletrônica e o diferencial é o amortecedor, que segundo a revendedora, é ideal para quem trabalha diariamente com uma moto. Este modelo custa R\$ 9,7 mil. Outras opções são os modelos Fan CG 125 e Fan 150 cilindradas com injeção eletrônica. A média destes modelos é de R\$ 5,9 mil.

Além das japonesas, o grupo chinês CR Zongshen, que administra a Kasinski também tem opções econômicas. Entre elas estão a Prima Electra 2000 (1ª scooter elétrica fabricada no Brasil), a Prima 500, que é um modelo de mini de scooter elétrica, e ainda a Soft 50 (ciclomotor).

Pontos



Mototaxistas estão liberados em Manaus

❖ No último 3, a Câmara Municipal de Manaus autorizou que quatro mil mototaxistas circulem na capital até que a Prefeitura regulamentar a atividade.

❖ A medida criou duas mil licenças para mototaxistas e duas mil para 'auxiliares'.

❖ Apenas 8% dos mais de 12 mil mototaxistas já concluíram o curso de capacitação do Departamento de Trânsito do Amazonas.

❖ O curso é uma das condições impostas pela Lei Federal nº 12.009, de julho de 2009, para exercer a atividade de mototaxista.

As baterias das motos elétricas são carregadas na tomada, podem ser plugadas em 110 a 220 volts e levam de seis a oito horas para atingir a carga total.

Em testes realizados pela fabricante, a Sfo 50 chegou a fazer 54 km por litro. Com um tanque de 3,5 litros a autonomia pode chegar a 189 km. As motos com energia limpa custam, respectivamente, R\$ 5.390,00, e R\$ 2.490,00. A Soft 50 sai por R\$ 3.490,00. Os modelos são encontrados na Teway.



NXR 150 (Honda) é uma das preferidas dos mototaxistas e de quem busca opção para enfrentar os buracos de Manaus

Blog

Edvaldo Ramos Administrador

"Há um mês troquei meu carro por uma moto scooter Honda modelo Lead 110, através de um consórcio, na Amazonas Motocenter. O modelo custou cerca de R\$ 6,8 mil e a economia e agilidade que ela tem me proporcionado não tem preço. Quando comprei fui informado

de que fazia de 40 a 50 km por litro, mas minha alegria veio quando descobri que com R\$ 12 encho o tanque - que tem autonomia para 6,5 litros. Até dois meses atrás gastava R\$ 140 para encher o tanque do carro. É uma economia que sinto não só no bolso, mas também no tempo que perdia em engarrafamentos. Moro na Cha-

pada e trabalho no Vieiralves. Cheguei a levar uma hora neste percurso de carro e hoje, sem falsa modesta, não levo mais do que dois minutos. Para o Centro gasto dez. Mesmo com tantos benefícios é necessário cautela por parte de quem dirige moto, afinal, não é uma bicicleta e sim um veículo motorizado"

Triciclo é nova opção

Empresa do PIM está triplicando a capacidade de produção no segmento

A Motocar, primeira indústria de triciclos da Zona Franca de Manaus, está aumentando a produção do modelo MTX 150 - lançado no mercado amazonense - de 50 para 170 veículos por mês. A meta é alcançar a capacidade de 900 veículos/ mês dentro de um ano. Além disso, a empresa - que já mantém representações comerciais em Manaus, Itacoatiara e Manacapuru - está ampliando as parcerias no interior do Amazonas e expandindo para os estados vizinhos de Roraima, Rondônia, Pará e Acre.

A Motocar iniciou as atividades no Polo Industrial de Manaus em dezembro de 2009, com investimento de R\$ 1,5 milhão, e com o MTX 150 começou a ampliar a visibilidade no mercado. O triciclo é o carro-chefe da empresa, resultado de um rigoroso processo de desenvolvimento que durou dois anos. Com capacidade para transportar três pessoas - condutor e dois passageiros sentados - o



Divulgação

Motocar, que produz 50 triciclos/mês, quer ampliar linha para 170 unidades

veículo suporta 350 quilos. O nicho de mercado é o consumidor que precisa transportar mais que um passageiro com a segurança que os modelos de duas rodas não conseguem oferecer. "O triciclo conta com uma cabine especialmente desenvolvida para acomodar dois passageiros sentados, tendo um cinto de segurança à disposição

de cada pessoa transportada e dispensa o uso de capacete", ressaltou Marcello Di Gregorio, gerente da Motocar.

Outro fator importante para a segurança é que o MTX 150 foi programado para alcançar velocidade máxima de 65 km/h.

O veículo que é sucesso na Ásia, aqui no Brasil tem como foco a atividade dos mototaxistas.

Entrevista - Erivaldo Lopes

Entrevista > Erivaldo Lopes

Presidente do **Corecon-AM** fala do momento vivido pela entidade, do desafio que os profissionais da área enfrentam para manter-se competitivos e dos temas relevantes da economia estadual.

“O economista não pode se curvar ao comodismo”



JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Este ano os economistas completam 60 anos da profissão no País. No Amazonas, o Conselho Regional de Economia (Corecon-AM) existe desde 1972, portanto, há 39 anos. De lá para cá, muita coisa mudou no perfil no profissional e nas exigências do mercado. O papel social da categoria no Brasil será discutido durante o 5º Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia (Enam) que será realizado de 26 a 28 de maio, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

O presidente do Corecon-AM, Erivaldo Lopes, fala dos desafios enfrentados atualmente pela categoria e dos avanços alcançados nos últimos anos pelo conselho.

O economista tem um bom reconhecimento social atualmente?

Quando surgiu no Amazonas, a Economia era a profissão do momento. Todos queriam estudar Economia, as famílias

mandavam os filhos para as faculdades. Serafim Correa trouxe o conselho para o Amazonas e a entidade foi muito forte nas décadas de 70 e 80, quando o Brasil não estava bem, mas a Zona Franca ainda estava naquele "boom". Mas surgiram novas tecnologias, diversificação, novos cursos, novas profissões, informatização, globalização, etc. Tudo isso trouxe novas necessidades e outros profissionais, e os jovens foram optando por essas áreas.

Qual é a situação hoje?

Algumas pessoas que se formam em Economia se curvam à espera de um emprego como economista. Isso não existe mais. Já não há aquela empregabilidade toda de ter a carteira assinada como economista; ele é um profissional de finanças, o cara do sistema financeiro, do planejamento. O economista faz uma porção de coisas, não pode se curvar ao comodismo. Acabei de passar o cargo à Assembleia Legislativa sugerindo aos deputados a contratação de economistas para compor suas equipes. Ele poderá ajudá-los a pensar, a avaliar pro-

Perfil

Erivaldo Lopes

IDADE: 47 anos

FORMAÇÃO: Economista formado pelo Ciesa. MBA em finanças pela IPOG Instituto de Pós-Graduação, de Goiás.

CARGO ATUAL: Presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon AM) desde 2009.

EXPERIÊNCIA: Antes de assumir a presidência do conselho, Lopes atuou como consultor econômico e conselheiro da entidade.

blemas, sugerir soluções visando o desenvolvimento.

A presença da Zona Franca não garante um amplo campo de trabalho para a categoria? Não garante porque as faculdades não estão dando o suporte técnico que a iniciativa privada precisa. Nossos cursos foram desenhados para atender o setor público. Hoje a iniciativa privada contrata técnicos, mas não

contrata alguém para ajudar a pensar a empresa. Diante de situações pontuais, eles contratam uma consultoria que dá assessoria a várias empresas. Não há economistas nos quadros próprios da empresa, mas isso não quer dizer que não sejam necessários.

Quantos economistas há no Amazonas?

Hoje há cerca de 2.400 economistas registrados no Estado. Quem não tem registro é apenas bacharel em economia e, legalmente, não pode atuar no mercado como economista.

O Corecon tem sido bem demandado pela sociedade?

O conselho tem tido uma demanda mais ativa. Desde 2009, quando começou nossa gestão, demos uma cara de atuação bem forte. Fazemos parte do Conselho Municipal de Trânsito, do Conselho Consultivo Técnico da ACA, do Conselho da Junta Comercial, do Conselho do CT-PIM e da Fundação Djalma Batista. Participamos da discussão sobre a tarifa de ônibus, de debates no Conselho de Medicina pa-

ra verificar os impactos da epidemia nas finanças do município. Haveria reflexos na arrecadação do Estado porque as empresas reduziriam produção por causa dos funcionários doentes e as despesas com saúde pública seriam pressionadas.

Qual o posicionamento do Conselho a respeito da Zona Franca de Manaus?

O momento do modelo não é bom. Outros Estados não estão satisfeitos com o que está na Constituição, querem mexer nisso, e essa mexida se chama reforma tributária. Essa reforma, do que jeito que está sendo ensaiada, dá sinais negativos em relação à Zona Franca. A questão dos bens de informática tirou produtos de Manaus. A questão da China é preocupante, o Governo Federal vai fechar acordo com a China para trazer investimentos de US\$ 1 bilhão, mas o Brasil vai ter que ceder muitas coisas.

O Conselho vê alternativas? Tem propostas?

Temos propostas para o Governo do Estado. Depois de ouvir mui-

tos profissionais durante a semana do economista do ano passado, elaboramos um conjunto de propostas. Já protocolizamos junto à Casa Civil um documento solicitando audiência com o governador Omar Aziz para apresentar essas propostas. Temos ideias para o interior, para a Zona Franca. Uma das propostas é pela criação do Instituto Senador Jefferson Péres, que poderia ajudar o Governo a planejar o Estado, desburocratizar e facilitar respostas.

Qual seria a proposta para indústria?

Uma delas diz respeito à lei 2826/2003 (lei estadual de incentivos). Tive reunião com setor de componentes e o drama é grande. O que se pede é que os fabricantes de bens finais destinem uma parcela de suas compras para o setor local. A proposta é amarrar isso por meio de lei. Os componentistas não querem mais incentivos, querem vender; mas as indústrias de bens finais preferem importar pois nossa moeda está apreciada.

Júlio Ventilari

Pauta antecipada

Aviação regional, energia elétrica, segurança nas fronteiras e Zona Franca de Manaus. Esses são alguns dos temas que serão discutidos durante este ano na Subcomissão da Amazônia Permanente no Senado, presidida por Vanessa Grazziotin.

Melo defende mudança no ICMS para a região

O vice-governador José Melo (PMDB) defendeu, ontem, no Encontro de Governadores da Região Norte, a mudança nas regras da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) proposta na Reforma Tributária. Segundo o peemedebista, o modelo que está sendo confeccionado inviabiliza a Zona Franca de Manaus, uma vez que o Estado perderá competitividade, caso o ICMS deixe de ser cobrado na origem para ser tributado no destino.

Além de Melo, que representou o governador Omar Aziz no evento, também participou o secretário executivo de Fazenda Thomaz Nogueira.

A Reforma Tributária, que do ponto de vista da União tem como principal objetivo por um fim à guerra fiscal,

também pode ser um pesadelo para Estados como Amazonas, Pará e Maranhão, os mais desenvolvidos do ponto de vista industrial entre os nove Estados da região amazônica, conforme argumentou Melo.

No caso do Amazonas, a mudança acaba com a arrecadação do Estado e compromete o principal atrativo da Zona Franca de Manaus (ZFM), que é o incentivo fiscal na forma de redução ou isenção do ICMS. "Vimos discutir como manter nossa competitividade com a Reforma Tributária. Entendemos que ela é necessária para o Brasil, mas é preciso que se discuta a excepcionalidade da Zona Franca, um modelo de desenvolvimento que garante integração econômica, social e ambiental de um Estado complexo", disse Melo.

Alfredo MR Lopes

Um páreo duro

Enquanto o Produto Interno Bruto de Manaus, o somatório de todas as suas riquezas, cresceu 75% nos anos 1996 a 2007, e o faturamento da Zona Franca bate todos os recordes em produção – e exportação – no primeiro semestre deste ano, 54,82% em relação ao ano passado, os jornais destacam que o Amazonas é recordista nacional em concentração de renda, e é o Estado com menor expansão do PIB relacionada à distribuição da riqueza. Os termos dessa equação levam o progresso social a lugar algum. São informações do Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão do governo federal, e que adota o Coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade de distribuição de renda ou

riqueza desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado o Gini. Os indicadores se referem até 2007 mas, de lá pra cá, além da crise, nada de substantivo sugere mudança significativa nessa paisagem de exclusão social. É bem verdade que a desigualdade que constrange o país – o Brasil ainda ocupa o topo mundial dessa anomalia econômica – vem diminuindo nos últimos anos na economia como um todo, mas no Amazonas a recuperação dos empregos e da massa salarial, e respectivo poder de compra, que determinam alteração na pirâmide social, permanecem incomodamente estáveis.

No Brasil, de 2001 até 2008, a renda real per capita dos 10% mais ricos cresceu 11,2% e a dos 10% mais pobres 72% puxados como

o crescimento econômico. Isso se deve aos programas de distribuição de renda e benefícios no período, mas não autoriza desmentir a constatação de que ainda somos constrangedoramente desiguais. Avançamos muito pouco em relação à pirâmide socioeconômica desde as Capitâneas Hereditárias, dos idos coloniais, uma demonstração inequívoca de que faltou competência para os gestores públicos desde então. Essa sanfona escabrosa de desigualdades salariais e de distribuição de benefícios sociais breca o crescimento sólido, aquele que se realimenta pelo poder de compra, educação e saúde da população. Os salários nos países centrais revelam a inteligência e sucesso desse modo de produção social

e de riqueza. A compulsão fiscal desqualificada para o gerenciamento social do interesse público – aliada a certo tipo de empreendedor imediatista e vesgo – fortalece a marginalidade social, alimenta a violência e as demandas por equipamentos públicos de assistência social. De quebra, faz incorporar as sequelas da desigualdade em todas as dimensões vitais do tecido social, desembarcando na sombria consequência da exclusão e da delinquência.

Como consolidar a riqueza de uma sociedade com uma população desprovida do conhecimento em todos os níveis do saber, incluindo direitos e responsabilidade social, num patamar que só uma educação de qualidade propicia? Como tornar sustentável e as-

cedente o desenvolvimento econômico de um conglomerado humano deformado pela saúde precária dos cidadãos? É muito restrito o horizonte de ascensão social de um cidadão desprovido de educação adequada e saúde integral. Há mais de dois anos um programa do Serviço Social da Indústria, Sesi, iniciou um levantamento do perfil de saúde do trabalhador do Polo Industrial de Manaus. Os dados são protegidos mas as notícias são reveladoras e sugerem reflexão e ação. Hipertensão, diabetes, alcoolismo, desnutrição e/ou obesidade são alguns dos indicadores dessa desordem social e negligência cívica com o capital humano. Eis um porto seguro que merece atracar o melhor das atenções. Em julho último, a revista britânica *The Economist* abordou

o programa Bolsa-Família e mostrou seus limites e ineficácia nas áreas urbanas, onde o quadro é mais dramático e inclui dependência de droga, violência, desestruturação familiar, degradação ambiental, uma paisagem adversa que o programa não consegue atingir. Os problemas se tornaram crônicos e remetem a intervenções estruturais. Nesse clima de eleições, das promessas de mudanças e anúncios de uma nova justiça social, é preciso estar atento, olhar o currículo dos proponentes e a densidade da coerência em suas propostas. Afinal, crescimento sem distribuição é um filme de terror cuja reprise é preciso deletar. E se a expectativa é a mudança, nós também podemos, sabemos o que não mais queremos e estamos dispostos a mudar.

Manaus concentra 91% dos empregos

O crescimento da atividade econômica com reflexo no aumento da oferta de emprego mantém-se concentrado em Manaus, ampliando as desigualdades no Estado. No primeiro quadrimestre do ano, a capital respondeu por 91,5% do saldo de 17,5 mil empregos formais, a diferença entre o resultado das demissões e das contratações.

No mês passado, o Amazonas registrou o melhor desempenho do emprego com carteira assinada da Região Norte, com a geração de 4,3 mil postos, uma variação positiva de 1,07%. Foi o segundo Estado do País a obter saldo recorde para o mês de abril, e Manaus foi responsável por 3,3 mil postos, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na semana passada pelo Ministério do

Trabalho e Emprego (MTE).

Com uma população de 102 mil habitantes, segundo os dados mais recentes colhidos no Censo 2010, Parintins registrou saldo de 310 vagas formais no acumulado do ano, equivalente a uma oferta de emprego para apenas 0,3% da população.

Em Itacoatiara, o segundo maior município em população, com 86,8 mil pessoas, 675 trabalhadores conseguiram emprego em abril, representando 1% dos habitantes. Em Manacapuru, que possui 85,1 mil moradores, o Caged apontou que ocorreu saldo de 178 vagas, ou 0,2% do total de habitantes.

A concentração do emprego na capital é disseminada, com destaque para o Polo Industrial de Manaus (PIM). No primeiro quadrimestre do ano, a indústria de transformação abriu 8,2 mil vagas, metade no segmento de materiais elétri-



Oferta de vagas faz do Amazonas o segundo Estado do País a obter saldo recorde para o mês de abril, quase todas em Manaus /Foto: Jair Araújo

No primeiro quadrimestre do ano foram criados 17,5 mil empregos formais no Amazonas, quase a totalidade na capital.

cos e de comunicações.

Riquezas

A disparidade da economia local é acompanhada na série histórica do Produto Interno Bruto (PIB), que mede a geração de riquezas. O Amazonas é o Estado mais dependente de sua capital, que responde por mais de 80% do PIB esta-

dual, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os cinco maiores municípios do Amazonas são responsáveis por 88,1% do PIB do Estado, que apresenta a maior concentração de renda do País, com Amapá (87,6%) e Roraima (85,4%) a seguir. No outro extremo, Santa Catarina (35,5%), Rio Grande do Sul (36,0%) e Minas Gerais (36,7%) tinham as menores concentrações, de acordo com os últimos dados do PIB regional do IBGE, referentes a 2008.

Naquele ano, o PIB de Manaus cresceu 10,8% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 38,1 bilhão, transformando-se no sexto maior PIB entre as capitais do País. O montante equivale a 83% das riquezas geradas em todo o Amazonas, que somaram R\$ 46 bilhões.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br